



Filiado à: FEVASC,



JORNAL DOS VIGILANTES

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDVIG/FPOLIS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança Privada Prestadoras de Serviços no Município de Florianópolis
Rua Vidal Ramos, 53 - Sala 104 - Centro - Florianópolis /SC www.sindvigfpolis.com.br contato@sindvigfpolis.com.br Fone: (048) 3223 4636

OUTUBRO DE 2011

A luta pelo Adicional de Risco

Trabalhadores catarinenses e de todo o país, juntamente com a Confederação dos Vigilantes, encampam a luta para garantir o aumento de 30% no adicional de risco de vida

Atualmente, o piso salarial da categoria é de R\$ 822,89. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado já aprovou o Projeto de Lei 033/03, que garante os 30% de benefício aos vigilantes, mas a proposta ainda será votada em plenário.

Os empresários estão trabalhando para que o projeto não seja aprovado, assim como o governo, pois a União um dos principais contratantes do serviço e isso vai significar impacto nas contas.

Se o projeto for aprovado, mais de trinta mil vigilantes em todo o Estado, distribuídos em 71 empresas, se beneficiarão do novo valor do adicional de risco de vida. Conforme explica o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Florianópolis (SINDVIG), Luiz Carlos, a categoria vem há muito tempo tentando aprovar o adicional de 30%: "Este projeto está tramitando na Câmara Federal e estamos confiantes na sua aprovação".

Luiz ressalta que no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) já existe ampliação do adicional de risco de vida, porém em pequenas escalas. "Estamos tentando acordo com o patronal de escalonamento, até chegarmos ao teto de 30%; nossa pauta de reivindicação esse ano define o adicional de 20%, e aumentará anualmente até alcançar esta meta", acrescenta Luiz Carlos.



ASSEMBLEIA

O SINDICATO DOS VIGILANTES convoca todos os trabalhadores pertencentes a categoria profissional a participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA com a seguinte ordem do dia:

1: Convenção Coletiva de Trabalho:

Discussão e deliberação da pauta de reivindicações com vista à celebração da Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2013, com as entidades sindicais patronais.

2: Dissídio coletivo:

No caso de insucesso na negociação da Convenção Coletiva de Trabalho, conceder poderes para a diretoria interpor Dissídio Coletivo perante a Justiça do Trabalho, realizar acordo em juízo ou fora dele.

DIA: 10/11/2011 - quinta-feira

HORÁRIO: 18h30

LOCAL: Sindicato dos Vigilantes (Rua Vidal Ramos, 53, Centro, Fpolis)

PARTICIPE!

Palavra do Presidente

“A Federação e os Sindicatos que representam a categoria em todo o Estado de Santa Catarina já começaram a mobilização, dando o pontapé inicial às primeiras tratativas voltadas à campanha salarial 2012. As assembleias já estão agendadas por cada base regional, tendo como tema central o dissídio coletivo do mês de fevereiro, com objetivo de manter e ampliar as conquistas, buscando garantir ganho real dos salários e aumento do piso salarial da categoria.

Mas não pense que a tarefa é fácil. Ao contrário, cada real e cada conquista alcançada provém de árduas discussões. Primeiro é necessário definir os ob-

jetivos do debate. As assembleias servirão para chegar a um denominador comum. Faço questão de lembrar e reforçar que não devemos perder tempo com questões individuais, uma vez que a prioridade é o coletivo. Quando propor uma ideia, devemos sempre levar em consideração as principais necessidades da categoria. Devemos, então, elencar prioridades dentro das necessidades e, a partir daí, montar uma pauta de negociações para ser levada aos patrões. Esta missão é dos trabalhadores organizados, politizados e conscientizados de que cada um deve dar a sua parcela de contribuição. Para isso, eles têm a entidade sindi-

cal como meio e local apropriado para o centro da discussão: o “Quartel General” da categoria; que necessita de soldados guerreiros para formar um “pelotão” imbuído da missão de atravessar a fortaleza onde o “alvo” ou a meta é chegarmos aos patrões. Atingindo esta primeira etapa, o segundo passo é o convencimento através do diálogo – também chamado de negociação. Como chefe deste pelotão está o Sindicato, que através da diretoria, representada por este presidente, convoca a todos a “vestir a camisa” da profissão e ajudar nesta batalha. Junte-se a nós! VIGILANTES UNIDOS JAMAIS SERÃO VENCIDOS!”

Polícia Federal multa nove bancos em R\$ 2,4 milhões por falhas na segurança

A Polícia Federal multou nove bancos em R\$ 2,4 milhões por descumprimento da lei federal nº 7.102/83 e normas de segurança, durante a 91ª reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) do Ministério da Justiça, realizada nesta quarta-feira, dia 28, em Brasília. Santander, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú Unibanco foram os bancos mais punidos. A reunião foi presidida pelo novo coordenador-geral de Controle de Segurança Privada (CG-CSP) da Polícia Federal, delegado Clyton Eustáquio Xavier.

As principais infrações dos bancos foram: falta ou o descumprimento do plano de segurança aprovado pela Polícia Federal, número insuficiente de vigilantes, alarmes inoperantes e transporte de valores feito por

bancários, dentre outros itens.

“Essas multas revelam que os bancos não estão zelando pelo respeito às leis de segurança, que visam proteger a vida de trabalhadores e clientes, eliminar riscos e prevenir assaltos e mortes”, afirma Ademir Wiederkehr, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), entidade que representa os bancários na CCASP.

O sindicalista alerta que 34 pessoas foram assassinadas este ano em assaltos envolvendo bancos em todo o país, das quais 21 em crimes de “saidinha de banco”, conforme pesquisa nacional da Contraf-CUT e Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), que também é integrante da CCASP. “Está na hora de os bancos, que lucraram mais de R\$

27,4 bilhões somente no primeiro semestre deste ano, priorizar a segurança nos seus estabelecimentos, fazendo mais investimentos para enfrentar essa violência que apavora e mata”, ressalta o presidente da CNTV, José Boaventura Santos.

Ademir destaca que a segurança é uma das prioridades da Campanha Nacional dos Bancários. “Estamos em greve nacional pelo oitavo ano consecutivo e, além de conquistas econômicas, queremos avanços sociais, como a proibição do transporte de valores feito por bancários, mais equipamentos de prevenção e medidas de combate à ‘saidinha de banco’ para garantir mais segurança para trabalhadores e clientes”, frisou.

Estiveram em pauta na reunião da CCASP 1.033 processos punitivos, abertos pelas delegacias de segurança privada (Delesp) nos estados. Também foram punidas empresas de vigilância, transportes de valores e centros de formação de vigilantes, com aplicação de advertências, multas e cancelamento de alvarás de funcionamento.

Fonte: Jornal do Brasil

Veja a relação das multas de cada banco:

- ♦ Santander: R\$ 729.302,22
- ♦ Banco do Brasil R\$ 640.267,91
- ♦ Bradesco R\$ 385.583,02
- ♦ Itaú Unibanco: R\$ 385.040,33
- ♦ Caixa: R\$ 190.490,93
- ♦ BRB: R\$ 31.924,06
- ♦ Banrisul: R\$ 28.377,42
- ♦ HSBC: R\$ 19.510,27
- ♦ BIC: R\$ 10.642,06
- ♦ Citibank: R\$ 10.642,06
- ♦ Total: R\$ 2.431.780,28

Vigilantes conquistam na justiça aposentadoria especial

Os vigilantes que comprovarem o trabalho por 25 anos na atividade, portando arma de fogo, têm direito à aposentadoria especial. É assim que a Justiça tem se pronunciado, ou seja, favoravelmente ao pleito dos trabalhadores em segurança privada.



Vários sindicatos de vigilantes estão contratando advogados especializados em legislação previdenciária para atender a demanda da categoria. O trabalhador deve comparecer à sua entidade para fazer uma contagem do tempo de serviço, caso tenha trabalhado de maneira habitual durante 25 anos em atividade de vigilância armada. Se já tiver tempo suficiente, é só dar entrada administrativamente em sua aposentadoria especial junto ao INSS. Se o INSS não conceder a aposentadoria, aí o trabalhador entra com ação na Justiça que tem dado sentenças favoráveis aos vigilantes. A CNTV orienta os sindicatos para que divulguem esse direito e prestem assessoria jurídica aos seus associados, garantindo assim a aposentadoria especial para esses companheiros e companheiras.

Mais de 180 milhões em dívidas e quase 40 mil vigilantes lesados em seus direitos

A pesquisa feita pela CNTVB mostra que, somadas as dívidas, elas chegam a mais de R\$ 180 milhões, prejudicando quase 40 mil vigilantes que tiveram seus direitos não pagos, principalmente as verbas rescisórias. Veja abaixo o resultado da pesquisa feita pela CNTV:

Empresas de segurança privada que faliram 2008/2011			
Estado	Quantidade de Trabalhadores	Média	
		Valor da Dívida	Dívida/Trabalhador
1 MS	78	R\$ 390.000,00	R\$ 5.000,00
2 PB	950	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.473,68
3 RR	330	R\$ 2.500.000,00	R\$ 7.575,76
4 MT	1.910	R\$ 6.450.000,00	R\$ 3.376,96
5 AC	300	R\$ 100.000,00	R\$ 333,33
6 RO	700	R\$ 3.500.000,00	R\$ 5.000,00
7 SE	680	R\$ 500.000,00	R\$ 735,29
8 SC	1.210	R\$ 10.050.000,00	R\$ 8.305,79
9 RS	7.965	R\$ 28.010.500,00	R\$ 3.516,70
10 SP	600	R\$ 2.100.000,00	R\$ 3.500,00
11 MG	1.140	R\$ 3.990.000,00	R\$ 3.500,00
12 BA	16.750	R\$ 64.850.000,00	R\$ 3.871,64
13 DF	7.380	R\$ 56.780.000,00	R\$ 7.693,77
TOTAL	39.993	R\$ 180.620.500,00	R\$ 4.516,30

Luta contra o calote

CNTV faz pesquisa sobre empresas que faliram ou deram calote em seus empregados nos últimos três anos

Em pesquisa informal (ou seja, não é científica) junto aos sindicatos de vigilantes de todo o Brasil, a CNTV fez um apanhado de empresas de segurança privada que decretaram falência e os prejuízos (calotes) causados aos trabalhadores.

Alguns estados não têm estrutura para fazer a pesquisa, por isso a mesma não está completa. Mesmo assim ela dá a dimensão do tamanho do prejuízo e também da irresponsabilidade com que certos empresários atuam no setor. Por isso, é importante que nos mobilizemos, assim como já fizeram alguns sindicatos, como o DF e a Bahia, para nos ampararmos em uma legislação estadual ou municipal do calote praticado por essas empresas.

É fundamental que as entidades procurem o Legislativo, tendo como exemplo a Instrução Normativa - IN 03 e o teor do projeto apresentado na Câmara Legislativa do Distrito Federal, pelo deputado distrital e diretor da CNTV Chico Vigilante (PT/DF), e formulem seus próprios projetos em seus estados e municípios. [Veja ao lado](#) o resultado da pesquisa realizada pela CNTV e que serve de alerta para a nossa luta contra o calote.



Dirigentes Sindicais do Estado estiveram em Brasília em busca de apoio ao PL 1033

O Secretário de Assuntos Jurídicos da CNTV e vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes de Florianópolis-SC, Risoli Lima, acompanhado do diretor da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Criciúma-SC, Bento Acelino de Freitas e do diretor financeiro do Sindicato dos Vigilantes de Blumenau-SC, Adilson José Anzileiro, estiveram em Brasília nos dias 4 e 5 de outubro, e visitaram a bancada do Estado para pedir apoio ao PL 1033, que concede o Adicional de Risco de Vida para os vigilantes. Conquistados os apoios, os dirigentes sindicais fizeram questão de registrar o momento. Confirmam:



Deputado Peninha (PMDB/SC) recebe lideranças sindicais dos vigilantes em seu gabinete



Deputado Celso Maldaner (PMDB/SC) declarou apoio ao PL 1033



Lideranças dos vigilantes de SC conquistam o apoio do Deputado Jorge Boeira (PT/SC)



Bento, a Deputada Luci Chinnaski (PT/SC), Risoli e Adilson



Deputado Décio Lima (PT/SC) manifesta apoio ao pleito dos vigilantes



Deputado Onofre Santo Agostini (DEM/SC) disse apoiar o Adicional de Risco de Vida para os vigilantes

CONVÊNIOS

O Sindvig mantém diversos convênios que disponibilizam para os associados serviços de médico e cabelereiro.

Possui convênio com a Personal Card. Através desse convênio, o associado recebe o Cartão da Personal Card, e pode ganhar descontos, em alguns casos, e antecipar compras cujos valores serão descontados da folha de pagamento.

Os usuários do Cartão Personal Card têm acesso a uma ampla rede de farmácias, clínicas,

supermercados, postos de gasolina, óticas, vestuários, material de construção e outros.

São dezenas de estabelecimentos nas cidades de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. No site do Sindvig está disponibilizada a lista dos estabelecimentos: www.sindvigfpolis.com.br.

No início do ano letivo, em 2012, o Sindvig vai fornecer material escolar para os filhos dos associados que estiverem estudando da 1ª série até o 2º grau.

Governo pretende ter segurança privada em presídios, transportes coletivos e eventos

O governo federal quer permitir a contratação de empresas privadas para serviços de segurança armada em presídios, transportes coletivos e em eventos, como jogos de futebol e shows

Chamado "Estatuto da Segurança Privada", o projeto foi apresentado pelo Ministério da Justiça a empresas e sindicatos do setor. Pela proposta, as empresas poderão atuar na segurança patrimonial dos presídios – inclusive

para agente de muralha – mas não assumiriam o papel de carcereiros. Elaborado sob medida para realização dos Jogos Olímpicos e para a Copa, o texto atribui ao organizador de eventos a responsabilidade pela segurança interna nos estádios e praças de show. A intenção seria liberar os PMs hoje dedicados à segurança de jogos e estádios. O texto autoriza, em até 49%, a participação de capital

estrangeiro nas empresas. Hoje, isto é proibido.

Um dos responsáveis pelo texto, Guilherme Vargas, da Polícia Federal, explica que a intenção é atualizar a regulamentação do setor, que data de 1983. Frisando que a proposta ainda está em discussão, Vargas afirma que, na prática, as empresas já exercem as atividades previstas no projeto, mas não há regulamen-

tação. Segundo ele, o estatuto é discutido desde 2007.

Mas o governo decidiu enviá-lo ao Congresso até o fim de 2011. A intenção, diz Vargas, é que as empresas privadas tenham ação complementar à dos órgãos de segurança. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Vigilância, hoje existem duas mil empresas no país.

Fonte: Alto Madeira-RO com informações da Folha de São Paulo.